

## (DES)CAMINHOS DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

(UN)PATHSWAYS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF  
MINAS GERAIS TEACHERS' UNION


*[Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais]*

DES(CAMINOS) DEL SINDICATO DE LOS PROFESORES DE LA  
UNIVERSIDAD FEDERAL DE MINAS GERAIS

*[Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais]*

*Savana Diniz Gomes Melo*  
(UFMG, Brasil)

*Rosilene Horta Tavares*  
(UFMG, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i9.697>

**RESUMO:** o estudo analisa as transformações operadas no Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (APUBH), a partir de sua desfiliação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em um contexto de expansão e crise do capitalismo. Fundado em pesquisa bibliográfica e documental, permite constatar que o sindicalismo da APUBH no período de 2004 a 2016 denota burocratização, assistencialismo, tendências empresariais, políticas interinstitucionais contra a organização coletiva e a mobilização da categoria em prol da melhoria de suas condições e relações de trabalho; e ratificação do avanço dos ataques estatais-empresariais aos professores universitários, como de resto, à classe trabalhadora em geral no Brasil.

**Palavras-chave:** Movimento Sindical, Movimentos Sociais e Educação, Trabalho Docente, Sindicalismo Docente.

**ABSTRACT:** the study analyses the changes put into work in the Union of Federal University Teachers of the cities of Belo Horizonte and Montes Claros [*Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros*] (APUBH), since its disaffiliation of National Union of Higher Education Teachers [*Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*] (ANDES-SN), in a context of capitalism expansion and crisis. Grounded in literature and documentary reviews, it allow us to verify that the syndicalism of APUBH in the period of 2004 to 2006 denotes bureaucratization, welfare, management tendencies and interinstitutional policies against the collective organization and the mobilization of the category in favor of the improvement of the work conditions and relationships; and the ratification of the advance of state-managerial threats to university teachers, and in last instance, to the Brazilian working class in general.

**Keywords:** Union Movement, Social Movements and Education, Teaching Work, Teaching Unionism.

**RESUMEN:** ese estudio analiza a los cambios operados en el Sindicato de los Profesores de las Universidades Federales de Belo Horizonte y Montes Claros [*Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros*] (APUBH), a partir de su desafiliación del Sindicato Nacional dos Docentes das Instituciones de la Enseñanza Superior [*Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*] (ANDES-SN), en el contexto de expansión y crisis del capitalismo. Fundado en investigación bibliográfica y documental, permite la constatación de que el sindicalismo de APUBH en el período de 2004 hasta 2016 denota burocratización, assistencialismo, tendencias empresariales y políticas interinstitucionales contra a la organización colectiva y a la movilización de la categoría en favor de la mejoría de sus condiciones y relaciones de trabajo; y ratificación de los avances de los ataques estatales-empresariales a los profesores universitarios, y en última instancia, a la clase trabajadora en general, en Brasil.

**Palabras clave:** Movimento Sindical, Movimentos Sociais y Educativos, Labor Docente, Sindicalismo Docente.

## Introdução

Este artigo<sup>1</sup> é fruto de pesquisa em curso que visa levantar evidências para analisar as transformações na natureza política da APUBH, no período de 2004 a 2016, em que ocorreram dois fatos que são objeto de atenção no estudo. Primeiro, a desfiliação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em 2006, que acarretou o afastamento da luta nacional e combativa da categoria; segundo, a emergência na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir de 2012, de uma oposição sindical de caráter combativo, que revelou e evidenciou a importância da luta coletiva e autônoma dos trabalhadores e o caráter nefasto das políticas capitalistas do Estado brasileiro e da APUBH, no período estudado. A síntese da perspectiva política desta oposição sindical se encontra no documento *Luta Autônoma dos Professores da UFMG desde 2011* (COLETIVO AUTONOMISTA UFMG, 2018).

Essas transformações acima citadas são o problema da investigação, que pretende analisar em diferentes aspectos, para depreender da prática política gerencial, o tipo de sindicalismo docente constituído desde 2004. Contextualiza como o sindicalismo universitário surgiu de forma combativa, em relação à exploração do trabalho e contra a opressão política, com a criação ANDES-SN, em 1981. Recupera a discussão da literatura sobre o sindicalismo em geral e o sindicalismo docente, em particular, como pano de fundo para situar o objeto de estudo. Na terceira parte, retrata o surgimento do ANDES-SN e da APUBH, identificando o objetivo comum de construção de um determinado tipo de sindicalismo docente que será, posteriormente, objeto de ruptura por parte da diretoria da APUBH.

---

<sup>1</sup> Este texto é fruto de estudo vinculado ao Grupo de Pesquisa-Ação sobre Universidade (UNIVERSITATIS/UFMG) e integra a pesquisa em desenvolvimento intitulada “Remuneração Docente na Educação Básica e na Educação Superior pública em quatro Estados Brasileiros: Acre, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro (2000-2018)”, apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG): Edital N° 001/2018 (Demanda Universal). Uma versão preliminar foi apresentada e publicada nos anais do XI SEMINARIO DE LA RED ESTRADO, México DF, em 2016, quando o estudo ainda não contava com financiamento.

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e analítico, pautado em pesquisa documental<sup>2</sup>, além de artigos, livros e jornais. As fontes documentais já reunidas contêm textos como estatutos, regimentos, informes, correspondências enviadas por *e-mail* aos filiados, notícias disponibilizadas no *site* da entidade, publicações do sindicato, entre outras. Os dados coletados estão sendo analisados à luz da produção bibliográfica da área de educação, com aporte de outras áreas.

Pressupõe-se que se inaugura na APUBH, a partir de 2004, uma forma de gestão sindical severamente centralizada e uma relação com os filiados que objetivou distanciá-los, cada vez mais, do próprio sindicato local, e especialmente do movimento docente nacional combativo. A referência ao ANDES-SN como sindicato combativo, adotada no estudo, funda-se, em grande medida, nos compromissos assumidos pela organização, desde sua fundação em 1980, para com a educação pública e suas bandeiras de luta, desde que emancipadoras em relação ao capitalismo e seu estado. Dentre os compromissos históricos do ANDES-SN destacam-se: luta pela educação pública de qualidade, *socialmente referenciada*; valorização do trabalho docente; autonomia das instituições públicas de ensino superior; e universalização do acesso à educação superior pública e gratuita com garantia de permanência.

No caso da UFMG, essas bandeiras estiveram presentes como compromisso com sua implementação na prática de lutas sindicais, sobretudo devido à tentativa de imposição, pelas diretorias da APUBH, de afastamento da luta sindical nacional e de isolamento dos docentes da UFMG. Se pretende aprofundamento analítico disso no decurso da pesquisa. Reconhece-se, todavia, que, embora o recorte temporal do estudo contemple até 2016, será necessário trazer à luz alguns elementos de continuidade desse tipo de sindicalismo nas gestões sindicais da APUBH que se seguiram, nas quais o princípio da unidade nacional da categoria permanece sendo negligenciado, à revelia da disposição de luta dos trabalhadores docentes.

## Contextualização

O sindicalismo docente universitário no Brasil tem a figura do ANDES-SN como grande referência de sindicalismo combativo. Fundado em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), tornou-se sindicato nacional

---

<sup>2</sup> O levantamento documental contou com a colaboração da bolsista de iniciação científica Muryel Kathellen Moreira Cirino, a mestranda na FAE/UFMG e Samilla Nayara dos Santos Pinto.

em 1988, denominando-se ANDES-SN, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Nasceu rompendo com a estrutura sindical implantada no Brasil na década de 1930, pautando-se em organização de base, por meio de seções sindicais nos locais de trabalho, sob o princípio de autonomia em relação a partidos políticos e governos e contraposto à estrutura de exploração e opressão do trabalho pelo capital.

Atualmente, a entidade conta com cerca de setenta mil filiados vinculados às instituições de ensino superior (IES), é representado em todo o país por cento e vinte uma seções sindicais. O ANDES-SN não cobrava imposto sindical compulsório. Mantém-se exclusivamente por meio da contribuição dos filiados. Entre suas bandeiras de luta, constam: manutenção e ampliação do ensino público gratuito e de qualidade socialmente referenciada; autonomia e funcionamento democrático das universidades públicas e de direito privado, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades, carreira única para os docentes das instituições de ensino superior; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; criação de condições de adequação da universidade à realidade brasileira; e garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade e no exercício das funções e atividades acadêmicas.

Por outro lado, o ANDES-SN é criticado por segmentos que possuem orientações políticas diversas às suas. Argumentam que ele não representaria mais a categoria. Fundamentando-se nessa crítica, foram constituídas outras organizações para disputar com o ANDES-SN. Esse é o caso do sindicato dos professores da UFMG, uma das organizações que participaram ativamente da criação do ANDES-SN, como também de suas lutas, durante dezesseis anos. Porém, em 2004, a APUBH promoveu uma ruptura radical com o ANDES-SN e participou ativamente, junto com quinze organizações de professores de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), da constituição do Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), que, em 2011, galgaria a condição de federação. A proposta do PROIFES era a renovação do movimento docente e a consolidação de uma organização que “realmente representasse os interesses da categoria” e combatesse ao que denominou como “costumeira política (do ANDES-SN) de utilizar os docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrar greves como condição preliminar, não como último recurso”.

Pela análise dos documentos já coletados, pode-se constatar que, em decorrência da ruptura da APUBH com o ANDES-SN e da simultânea adesão ao PROIFES, vem sendo operada uma profunda reforma no estatuto da entidade. Que aponta para a inauguração de uma nova forma de gestão e de relação com seus representados, caracterizada pelo centralismo na diretoria. Tal paradigma instituído no sindicato foi marcado também pelo isolamento, cada vez maior, dos docentes da UFMG em dois níveis, o que parece perdurar até a atualidade: (i) do movimento docente nacional combativo desenvolvido no âmbito do ANDES-SN; e (ii) das instâncias deliberativas do próprio sindicato local. Por outro lado, infere-se que, por disputas internas e não explicitadas, a APUBH desvincula-se do PROIFES em 2011 para, no ano seguinte, vincular-se, também sem esclarecimento ou consulta aos filiados, ao Movimento Docente Independente e Autônomo (MDIA). Este guarda estreita proximidade ideológica e programática com o PROIFES. O referido movimento foi lançado em um encontro promovido em julho de 2012, em plena greve nacional da categoria, juntamente com representantes dos sindicatos e associações dos professores das universidades de Santa Catarina, de Itajubá e de Brasília. A pretensão era criar outra organização para também disputar a condução do movimento docente em nível nacional com o ANDES-SN. Seus objetivos foram o trabalho pela dignidade dos professores ativos, aposentados e pensionistas das IFES; a luta por melhores condições profissionais e salariais, pela qualidade do ensino superior no país, pela transparência na gestão das IFES; a representação e a defesa, em juízo e fora dele, de todos os seus filiados e representantes; a representação de seus filiados em processos de negociação coletiva; e a defesa da democracia, da liberdade e dos direitos humanos (APUFSC, 2012). O MDIA participou, ao lado do PROIFES, de algumas atividades rumo ao cumprimento desses objetivos. Contudo, parece não haver prosperado, pois não se localizam evidências de sua participação em atividades sindicais da categoria, desde fins de 2016. Cumpre informar que seu *site* não é mais encontrado na rede mundial de computadores. Naquele mesmo ano, o PROIFES recuperou espaço no cenário do movimento docente nacional, o que parece ser corroborado pelo “Movimento pela Democracia” e pela criação do Observatório do Conhecimento.

## Sindicalismo docente

O capitalismo, sob uma perspectiva materialista dialética, engendra uma divisão da sociedade em duas classes – a dos donos de meios de produção com exclusividade, e o proletariado, que vende sua força de trabalho por ser absolutamente submetido ao capital pela relação social da mais-valia, o valor

extraído do trabalhador no decurso da produção. O proletariado é, por decorrência, privado de ter acesso aos meios de subsistência, sendo obrigado a obtê-la, a vender sua força de trabalho aos donos do capital. Considerando-se o capitalismo permanentemente conflitivo, como consequência do antagonismo inelutável da condição social dada pela estrutura da mais-valia, são diametrais e irreconciliáveis os interesses entre capitalistas e proletariado. A produção capitalista gera, alimenta e exacerba a luta de classes.

Com a consolidação das principais classes do capitalismo surge na Europa, a partir do século XVIII, o sindicalismo. Este emerge durante o processo de industrialização quando os operários foram submetidos a jornadas de trabalho que chegavam a dezesseis horas diárias, à precarização do trabalho e de moradias, à substituição da mão de obra por máquinas, aumentando acidentes e desemprego.

No Brasil, o sindicalismo surgiu no final do século XIX, com a ação de imigrantes europeus, italianos em especial, cuja influência no movimento foi relevante, já que se relacionavam com os sindicatos de seus países de origem. A partir dessa interação, começaram os questionamentos sobre as condições de trabalho a que os trabalhadores brasileiros estavam submetidos. Mas foi durante o período militar (1964-1985), quando houve um aumento das privatizações de empresas estatais e uma expansão do capitalismo, que aumentou o número de trabalhadores e a repressão e o controle sobre eles. Porém, de 1978 até meados os anos 1980, as greves tiveram seu ressurgimento de maneira intensa. Na década de 1980, foi criado, a partir das lutas das organizações por bairros operários e das comissões de fábrica de base, o chamado novo sindicalismo. Esse movimento propugnava contra a exploração e a opressão, independentemente de governos e do patronato, eclodindo, portanto, em oposição aos denominados pelegos sindicais, que até então atuavam buscando subordinar os interesses dos trabalhadores às necessidades do capital e dos governos.

Em sua origem, e de maneira geral, o sindicato aparece no mundo de forma paralela ao capitalismo e espalha-se pelos países com o objetivo de melhorar as condições de vida da classe operária, por ser um movimento associado aos trabalhadores assalariados e por visar à proteção de seus interesses. De acordo com Marx e Engels, os sindicatos cumprem o papel de impedir que os salários baixem: “os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor” (MARX; ENGELS, 1980, p. 9).

A união dos trabalhadores desponta como uma forma de se colocarem em condições para elaborar e de pautar, em suas lutas, o contrato de venda de seu

trabalho. Ideia básica que esteve na origem dos sindicatos: ajudar o trabalhador a ter um salário mínimo de sobrevivência, fixado pela oferta e pela procura em determinado ramo de atividade.

Desse modo, o sindicalismo nasceu do esforço dos trabalhadores contra a ordem despótica do capital, para impedir ou atenuar os efeitos causados por meio da concorrência. Mas, segundo Marx e Engels,

o objetivo dos sindicatos, às vezes, está limitado às necessidades das lutas diárias, às defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não só é legítima como necessária. Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual: mais do que isso, os sindicatos operários devem generalizar sua ação unindo-se em todos os países (MARX; ENGELS, 1980, p. 13).

Os sindicatos passam a exercer pressões para garantir que os patrões sigam e apliquem as leis que determinam os direitos dos trabalhadores. Assumem a função de reivindicar a regularização dos salários médios e organizar os empregados em sua luta contra o capital, oferecendo a direção e meios de resistência para conquistar melhorias nas condições de trabalho.

Marx e Engels afirmavam que a força de trabalho não pode permanecer abaixo do nível mínimo para manter sua sobrevivência. “Os sindicatos, portanto, nunca permitem que seus membros trabalhem por menos desse mínimo de salário, são sociedades de segurança criadas para os próprios operários” (MARX; ENGELS, 1980, p. 10).

Marx, Engels e Lênin acreditavam que o sindicato possui grande importância para manter a organização e as lutas da classe trabalhadora, mas apresentam limitações políticas que não podem ser esquecidas. Lênin, nesse sentido, aponta mecanismos que estão presentes no movimento operário. Para ele,

[...] as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial (LENIN, 1979, p. 46).

Essas limitações dos sindicatos, as relações entre eles e o partido foram analisadas em várias obras por Marx ([1964], 1984; 1991; 2008); por Engels (2008a, 2008b) e por ambos os pensadores (MARX; ENGELS, 1980). As instituições sindicais foram compreendidas como produtos necessários da ordem industrial, detentores de potência relativa na defesa do preço dos salários, e carecedores de ampliação de suas bases para o fortalecimento da luta contra o capital; devem apoiar qualquer movimento social e político que também lute pelo fim do capitalismo e, logo, da exploração. Com efeito, em várias partes do mundo, os sindicatos



transformam-se em centros aglutinadores da classe trabalhadora com um objetivo maior, que é a emancipação do ser humano.

A emancipação social e individual, que é a antítese da alienação, fez-se ideia ostensivamente desenvolvida por Marx em suas obras (1988; 1991), especialmente com os conceitos de *mais-valia absoluta* e *relativa*<sup>3</sup>. Ainda que se caracterize como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual, como afirma Marx (1991), a emancipação política representa a cisão do homem na vida pública e na vida privada.

Como não há possibilidade plena de emancipação humana, devido à própria essência ou categoria da emancipação política, de cujo direito advém a separação do homem em relação a seu semelhante, efetiva-se a emancipação humana, segundo Marx, recuperando-se a dupla dimensão do ser, individual e genérica, reconhecidas, e nele organizadas, suas *forces propres* como forças sociais. Entretanto, Marx não teoriza como seria a forma de associação proposta por ele para a emancipação, por acreditar que seria na própria prática social que ela se efetivaria.

Imbuído desse sentido revolucionário, o papel dos sindicatos pela emancipação humana passa a se apresentar em documentos e discursos de dirigentes e militantes sindicais. Desse modo, a ação sindical poderia contribuir para uma política reformista, sem colocar em questão o modo de produção capitalista. Entretanto, tal ação poderia também corroborar a tarefa revolucionária, em que o sujeito histórico responsável é a classe trabalhadora, como afirmam os clássicos Marx, Engels, Lenin e Trotsky (AGUENA, 2008) e, autores anticapitalistas contemporâneos como Tratenberg (2006) e Bernardo (1991; 2000).

Tal como no sindicalismo em geral, o sindicalismo docente sobrevém com a criação dos sistemas de ensino, como será abordado adiante.

---

<sup>3</sup> Marx (1984) explicita que a *mais-valia absoluta* é extraída por meio da extensão das horas de trabalho dos trabalhadores; a *mais-valia-relativa* é aquela extraída do trabalhador mediante a intensificação dos processos de trabalho, com a introdução de novas formas de produção, mais ágeis. Isso se faz incrementando a tecnologia e aumentando a capacidade mental do trabalhador, para o que a escola tem sido fundamental. Em igual tempo de trabalho, com a introdução de novas tecnologias, a produtividade aumenta. Aumentando a *mais-valia* produzida, cresce o capital.



A organização da luta dos trabalhadores da educação e dos docentes, em particular, surge por melhorias salariais, de suas condições de trabalho e por seus direitos e para conquistar o reconhecimento na sociedade.

O sindicalismo docente é conformado, segundo Dal Rosso(2011, p. 113) por dois segmentos de trabalhadores assalariados, o do magistério público e o do magistério privado, sempre existindo uma luta pelo reconhecimento de direitos e por representação. Entretanto, o sindicato docente sofreu dificuldade para institucionalizar e obter seu direito de instituição reconhecida. Conforme Dal Rosso, o desafio posto aos sindicatos em geral está também colocado ao sindicalismo docente. "O sindicato docente, sem sombra de dúvidas, reproduz a sociedade, seus valores, seus hábitos, mas pode também ocupar um lugar de agente transformador e de mudanças" (2011, p. 21). Nesse quadro, é fundamental o entendimento da natureza do trabalho docente sob o capitalismo, advindo dessas consequências práticas e teóricas acerca do papel do sindicato no setor produtivo educacional.

## Trabalho docente

O trabalho realizado pelos docentes, em uma perspectiva ortodoxa do marxismo, não seria trabalho *produtivo* (de valor econômico), porque não produziria mercadorias; sendo então, nesses termos, um trabalho *improdutivo*. Tal aceção resulta na conseqüente ideia de que é preciso ser produtor de mercadorias para que o trabalho receba reconhecimento social. Esse entendimento explicaria a limitada valorização social do trabalho docente.

Tal perceptiva ortodoxa, no entanto, é contestada por muitos estudiosos, que afirmam serem os professores, tanto do setor público quanto do privado, *produtores de trabalhadores*, uma mercadoria fundamental no capitalismo; e produtores de capitalistas ou gestores do capital, o que pode ocorrer tanto mediante a formação de mentalidades capitalistas em escolas destinadas à classe trabalhadora, como em escolas de formação das próprias elites. O debate segue em aberto, mas Marx mostrou que o trabalho produtivo é aquele referente ao processo de produção capitalista, que consegue produzir a mais-valia. O autor argumenta que

a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. [...] O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produtor do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual

marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (MARX, 1984, p. 105-106).

Depreende-se que o significado de trabalho produtivo está relacionado a qualquer produção capitalista, não importando se é de uma empresa fabril, agrícola ou escolar ou se a mercadoria que será produzida serão soja, tecnologia ou trabalhadores. Assim, o trabalho docente é uma *relação de produção social* na qual há uma valorização do capital, razão por que a organização do processo de trabalho escolar possui características correlatas a quaisquer setores produtivos do capitalismo. Esse paralelismo determina toda a estrutura organizacional da escola em vários aspectos, como o da divisão de tarefas; da distribuição hierárquica do poder; da seleção e da organização dos conteúdos programáticos; da definição das grades curriculares e dos períodos letivos; da determinação dos horários escolares; da definição dos processos de exames e avaliação; dentre outros (SANTOS, 1992). Determina, ainda, a emergência das lutas dos trabalhadores nas escolas, sob distintas formas, e a conformação de suas organizações sindicais. (MELO, 2009). Tanto é assim, que não importa o caráter ou o destino de um determinado produto ou mesmo sua realização (comercialização) ou não no mercado; ou, ainda, sua incorporação ou não em um novo processo produtivo. Importa refletir que o processo de produção não se trata de um simples processo de produção de mercadorias, mas um processo dividido em termos de tempo de trabalho. Refere-se, em verdade, a um processo de exploração, de oposições sociais entre os produtores de mais-valia e apropriadores de mais-valia.

Porém, o capitalismo no Brasil somente inicia sua configuração de fato, e tardiamente em relação aos países europeus e aos Estados Unidos da América, com o fim do escravismo (1888), quando o país se insere em um processo maior de industrialização, sobretudo a partir dos anos 1930. E, quanto a um sistema nacional de instrução, ele delineou-se no Brasil no começo da República, por volta de 1889, vindo a constituir-se efetivamente como política de Estado ainda na primeira metade do século XX (HORTA, 1998).

No primeiro governo Vargas, começa a desenvolver-se no país a atividade industrial. Era *necessário* remover parte da força de trabalho do campo e transferi-la para a cidade, para que pudesse ser habituada a outro sistema de vida e de pensamento. Em contexto majoritário de mais-valia absoluta, a produção dessa força de trabalho, com um nível mais elevado do seu componente intelectual, exigiu um papel maior da escola. Fator explicativo para que, a partir da década de 1930, fosse efetivamente criado um sistema de educação organizado em nível nacional e, sobretudo, controlado (TAVARES, 1995).

Tal característica também acumula cada vez mais força na categoria dos professores. Estes passam a ter seu trabalho – até então de mestre – gradativamente desqualificado. Passam a ser designados como leigos, por não possuírem o diploma requerido para a atividade docente. São divididos internamente, primeiro, por serem classificados como titulados e não titulados e, segundo, porque eram diferenciados em escolas – piloto e “não piloto”. Por fim, o sistema de instrução promove outra cisão, agora não internamente à categoria, mas à classe trabalhadora: afastam-se os pais dos alunos, tornando-se mais alienados no processo (ARROYO, 1985).

A compartimentação dos professores e de alunos e seus pais, iniciada na República, ganha contornos mais nítidos a partir da reforma do ensino em 1971, e vem sendo aperfeiçoada até os dias atuais.

Na história de sua constituição, os professores, em especial, sofreram intenso processo de crescimento numérico da categoria, rebaixamento salarial, deterioração das condições de trabalho; enfim, de proletarização crescente.–No entanto, muito mais do que as lutas empreendidas em fins dos anos 1970 caracterizarem-se por sua natureza de massa – embora se identificando tal natureza –, foram elas marcadas pelas relações sociais de tipo novo, criadas na ocasião, expressas nos movimentos de solidariedade, na horizontalidade das relações políticas, na participação coletiva e ativa dos trabalhadores. E porque eram os trabalhadores, assim organizados a controlarem o processo de confronto com o capital, porque agentes em luta direta, é que se colocavam como sujeitos do processo histórico.

Ao fazer uma reconstrução dos movimentos dos trabalhadores em educação de 1979 a 1993, em Minas Gerais, Tavares (1995) aponta que, a partir da vivência e do experimentar de novos tipos de relação, esses atores foram aprendendo a se autoconduzirem e fundaram suas próprias organizações, instituições e partidos políticos. E, ainda que seja patente o posterior refluxo das formas ativas e coletivas de luta construídas no final dos anos 1970, deve-se ter em consideração o significado histórico da existência e do papel de ações coletivas de organização nos locais de trabalho, que fizeram ressurgir o movimento docente em fins daquela década. Era necessária a estruturação do sindicato no campo educacional para lutar de forma coletiva, por meio da união da categoria contra as diversas dificuldades com as quais se deparavam, tais como baixos salários e uma condição de precarização de trabalho. Cumpre frisar que uma de suas principais características foi a unificação dos professores nas lutas, desde a educação infantil até o ensino superior. A explosão das lutas nesse período justificou-se, em boa medida, pelo fato de que o cenário da educação, até os finais de 1970, tinha grande

carência, que acompanha todo o processo de estabelecimento e expansão da educação no país: prédios escolares insuficientes; escassez ou falta de materiais escolares como livros, papéis, móveis; salários muito baixos; insuficiência de quadros docentes. Essa situação é visível na atualidade em várias escolas públicas e privadas, compondo o rol de desafios da educação pública.

É *pari passu* à constituição dos sistemas de ensino que irrompe a organização dos trabalhadores docentes. No final da década de 1970, instituem-se em vários estados brasileiros entidades representativas do magistério, um modelo de associativismo que, segundo Almeida (2011), se caracterizava por práticas corporativistas e assistencialistas, em detrimento das práticas combativas da categoria.

Como primeira forma de agir coletivo, o associativismo apresentava como aspectos centrais a fragmentação das lutas da categoria, evidenciada pelo número das associações fundadas, nas quais se defendiam os interesses específicos de cada segmento, a ausência de debates mais amplos que discutissem a política educacional e a predominância do diálogo com os governantes, em detrimento das práticas combativas. Em linhas gerais, as entidades apresentavam um caráter corporativo e assistencialista, com ênfase na prestação de assistência aos professores (ALMEIDA, 2011, p. 133).

Essas primeiras formas de agrupamento dos trabalhadores levaram à frente suas reivindicações. Para Dal Rosso e Lucio (2004, p. 119), as associações profissionais são uma forma pré-sindical, frequentemente de caráter assistencial, que busca atender a interesses profissionais da categoria dos professores.

Posteriormente, as lutas associativistas transformaram-se e criaram verdadeiros sindicatos. Essas organizações, portanto, deram origem ao sindicato, um movimento organizado que contém ferramentas que enfatizam as lutas específicas para a categoria dos trabalhadores, como a luta por melhoria de salários e de condições de trabalho. No Brasil, foi com a promulgação da CF/1988 que os trabalhadores do serviço público conquistaram a liberdade para organizarem-se em sindicatos, sendo necessário o registro conhecido como carta sindical, expedida pelo órgão competente do ente federado. A legislação também vedava ao poder público interferir na organização sindical, mas na prática o controle estatal permaneceu intenso. Desde então, muitas associações tornaram-se sindicatos e ocorreu também a criação de vários novos sindicatos, e de centrais sindicais, acarretando grande fragmentação da classe trabalhadora.

A partir da primeira década de 2000, todavia, o sindicalismo brasileiro, em todas as áreas, experimentou um processo de grande aproximação com o Estado, sendo ainda mais controlado por ele. Verificou-se esse processo inclusive na área de educação. A exceção talvez tenha se manifestado na educação superior, nas

universidades públicas federais, em que o ANDES-SN procurou manter sua autonomia e hegemonia sobre a categoria. Tal esforço, no entanto, foi eivado de dificuldades. Esse é o tema da próxima seção.

## Vinculação e ruptura com o ANDES-SN

O ANDES-SN tem origem na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Criada em 1981, como referido, em um congresso de docentes universitários, o estabelecimento dessa associação foi deliberado, por unanimidade, entre 316 delegados de 67 Associações Docentes (AD). Esse congresso deliberou que a Associação seria de âmbito nacional, autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias; democrática e representativa dos professores das IES de todo o Brasil; não possuiria caráter político-partidário; deveria expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômico, social, cultural e político; e promover debates sobre temas relativos à vida universitária e às condições de trabalho dos professores, entre outros (ANDES-SN, 2020).

Em 26 de novembro de 1988, logo após a promulgação da CF/1988, transformou-se em sindicato nacional e sua sigla modificou-se para ANDES-SN. Buscando romper com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 1930, o ANDES-SN consolidou-se pela organização de base nos locais de trabalho. As decisões sobre as formas de luta passaram a ser deliberadas em assembleias, assim como estas passaram a ser responsáveis por eleger, democraticamente, todos os dirigentes da entidade. Em tese, propõe-se como um sindicato classista, autônomo e combativo. Não obstante, as cúpulas das correntes políticas que atuam no movimento sindical não se eximem, obviamente, de seguir procurando deliberar sobre pontos importantes da agenda política da categoria, referenciadas por seus partidos de origem. Esse elemento será desenvolvido como análise no decorrer da pesquisa, para que seja avaliado até que ponto esse tipo de política pode comprometer a democracia de base. O ANDES-SN mantém-se pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem que haja instituição de taxa sindical compulsória. Sua estrutura é formada pela diretoria nacional, por diretorias regionais e por seções sindicais nos locais de trabalho. Estas últimas possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria. Atualmente, possui cerca de setenta mil sindicalizados de instituições de ensino superior e de educação básica, técnica e tecnológica, dispondo de representação em todo território nacional, com 121 seções sindicais. Surgiu vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) com a qual rompeu em 2005 e, atualmente, é filiado à Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS),

fundada em 2010. Sobre essa central, Fonseca (2017, p.177-188) analisa que, após os processos de adaptação da CUT à estrutura e cultura político-partidária da burguesia e sua cooptação frente aos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), tornou-se necessário um resgate da concepção de uma auto-organização da classe trabalhadora que visasse à construção de um projeto político-societário em contraposição ao modelo burguês. Para ele, o modelo negocial conciliatório com os empresários e os governos teria se consolidado durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A CSP-CONLUTAS representaria uma tentativa de recuperação das lutas pela construção de um campo socialista na organização dos trabalhadores, sobretudo por unir o modelo sindical tradicional com os movimentos populares urbanos e de assalariados rurais. Seu objetivo, estabelecido em estatuto, é representar os professores de ensino superior e de ensino básico, técnico e tecnológico do Brasil. O compromisso com os sindicalizados é lutar para alcançar seus direitos e reconhecimento; valorizar o trabalho docente; garantir a universalização do acesso ao ensino superior público de forma gratuita; e combater todas as formas de mercantilização da educação.

O ANDES-SN busca, ainda, defender a manutenção e a ampliação do ensino superior público gratuito e de qualidade socialmente referenciado; a autonomia e o funcionamento democrático das universidades públicas; e um padrão único de qualidade para estimular a pesquisa e a criação intelectual. Defende também uma carreira única para os docentes da universidade e a garantia do direito à liberdade de pensamento, inclusive nas contratações e nomeações. Teve e ainda mantém um papel importante na luta pela democracia no país, contra as privatizações a partir da década de 1990, e em movimentos de resistência da classe trabalhadora para conquistar/defender direitos e melhorias para a maior parte da sociedade brasileira.

Além dos planos de luta, o ANDES-SN busca elaborar propostas concretas para políticas públicas, como ocorreu no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, na proposta de universidade brasileira e nos projetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, e do plano de carreira único para os professores das IFES, entre outros.

Paralelamente à criação da ANDES-SN e em um contexto marcado por grande efervescência política, ocorre a criação, em novembro de 1977, da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH) (Cf.: APUBH, 2020). Essa sociedade desenvolve-se a partir da iniciativa de docentes da UFMG, da

Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) e da FAFI-BH<sup>4</sup>. Seu objetivo era lutar contra a repressão do regime militar e pelo processo de redemocratização do país, e criar um movimento docente organizado. A partir daí, a APUBH participaria ativamente do processo de fundação do sindicato nacional.

Em realidade, desde 1976, em várias universidades brasileiras, criaram-se, assim como a APUBH na UFMG, associações docentes (ADs), com o objetivo de defesa dessas instituições e dos interesses dos docentes, ante as intervenções e medidas do governo militar. Algumas já mais consolidadas e outras ainda se formando, elas começaram juntas a conformar um movimento docente nacional, que resultou na criação da Coordenação Nacional do Movimento Docente, em 1978.

Em 1977, no caso da APUBH, aprovou-se em assembleia geral um estatuto transitório e foi constituída uma Comissão Executiva Provisória. Alguns meses depois, em novembro de 1977, foi adotado o estatuto definitivo e realizada a primeira eleição para a diretoria. A APUBH começou, então, a integrar-se ao movimento nacional entre 1978 e 1979 e a participar ativamente da construção desse movimento no país, passando, inclusive, a ser uma importante liderança em meio às universidades federais. Em dezembro de 1981, um informe da APUBH publicou um breve histórico da ANDES.

No ano de 1980, a APUBH já participava da primeira greve nacional da categoria, buscando melhoria de condições de trabalho e reconhecimento. E serão várias as experiências de greve nacional em que a APUBH atuará.

No ano de 1982, a APUBH publicou a primeira edição do seu Jornal, apresentando informações sobre a eleição dos novos diretores de unidades da UFMG. Em 1984, a entidade participou de maneira enérgica das manifestações pela democratização do Brasil, e do movimento pelas Diretas Já. Participou também da greve nacional docente que teve duração de 84 dias, sob ameaças de corte de salários. Em 1986, emergiu uma greve, da qual igualmente participou, contra os efeitos do Plano Cruzado, assim como em 1987, quando a greve se deveu pela adoção de um plano de carreira único para os docentes das IES. Este movimento grevista, que durou cerca de dois meses, obteve como principal ganho a publicação do Plano Único de Carreira, Retribuição, Cargos e Empregos (PUCRCE), aprovado pelo Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987.

Com a promulgação da CF/1988 e a possibilidade de organização sindical dos servidores públicos, a APUBH participou ativamente da transformação da ANDES

---

<sup>4</sup> Na prática, a APUBH terminou representando professores da UFMG, somente.



em Sindicato Nacional e a ele se vinculou, mas não como seção sindical, como ocorreu com a maior parte das IFES. Por não concordar com o formato que o ANDES-SN adotaria, optou por uma forma jurídica atípica e rebaixada, de seção sindical sem personalidade jurídica própria, sem patrimônio e Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) próprios, desprovida de poder para substituir juridicamente a categoria nas ações trabalhistas locais. Para tanto, a diretoria da APUBH promoveu a criação de dois instrumentos jurídicos: um estatuto próprio da associação e um regimento sindical da seção sindical vinculada ao ANDES-SN, mas acoplada a associação. Tal proposição obteve parecer desfavorável pelo ANDES-SN, o que resultou em conflitos e adiamento da decisão de vinculação da entidade, por parte dos professores da UFMG. A situação foi resolvida com o registro em cartório do estatuto da APUBH e do Regimento de forma unilateral, e a consequente continuidade de sua participação no ANDES-SN. Em vista disso, depreende-se que, desde então, a direção da APUBH tem expressado resistência e dissidência no processo de consolidação do ANDES-SN.

No ano de 1989, deflagrou-se uma nova greve que durou 69 dias. A pauta continha reivindicações de aposentadoria paritária com os docentes da ativa, um plano de carreira único, aposentadoria integral, abertura de concursos, e autonomia universitária na gestão de recursos.

Já na década de 1990, registrou-se um arrefecimento do movimento docente. Ainda assim, em 1991, foi desencadeada a greve mais longa da história do movimento docente do país, com a duração de 124 dias. De 1992 a 1997, o refluxo do movimento docente cresceu e greves não foram realizadas. Em 1994, entretanto, houve uma greve nacional, mas de curta duração, que, pela primeira vez, não contou com a adesão da UFMG.

Atente-se para o fato de que, em 1992, a APUBH aprovou seu estatuto, com ênfase no processo de representação e democratização interna da entidade. Em 1995 e 1996, em meio a uma conjuntura de desmobilização e indignação, os professores da UFMG tampouco aderiram à proposta de greve nacional. Em 1996, realizou-se um ato em defesa da universidade pública, que contou com maior participação de estudantes e técnico-administrativos do que docentes. No ano de 1997, houve apenas paralisação das atividades por dois dias, 23 e 24 de abril.

A análise dos motivos de uma mudança nas ações da APUBH a partir dos anos 1990 ainda será aprofundada pela pesquisa em curso. Mas já se pode afirmar que, em 2004, no primeiro ano do governo Lula da Silva, e em oposição às análises e aos planos de luta do movimento nacional docente em relação às políticas

adotadas pelo governo federal<sup>5</sup>, a APUBH, juntamente com outras quinze IFES, fundaram o PROIFES. Nesse ano, havia ocorrido a visita do então ministro da Educação Tarso Genro à UFMG e, logo em seguida, o PROIFES, fundado com o protagonismo da APUBH, como se pode ler na Linha do Tempo publicada em seu *site*:

Visita histórica do Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, junto à reitora da Universidade, Ana Lúcia Gazzola. Discussão sobre a reforma universitária, as condições de trabalho e de pesquisa dos docentes, a falta de reajuste de salários e de recursos. No mesmo ano, juntamente com representantes dos docentes de 15 IFES, o PROIFES foi fundado (APUBH, [2020], ano de 2004).

O PROIFES foi constituído por professores em geral apoiadores das políticas do governo federal, alguns deles integrantes, militantes e/ou dirigentes dos partidos da base do governo. A entidade, desde o início, tentou de várias maneiras realizar transformações reducionistas no caráter combativo e independente do ANDES-SN e em suas pautas e estratégias de lutas. Os defensores do PROIFES definiam-se como uma reação ao aparelhamento partidário e ao aprofundamento das tendências “autoritárias e cupulistas” que se encontrava dentro do ANDES-SN. Alegavam que essa situação impedia o livre debate de ideias e de estratégias. Essa nova entidade teria sido fundada como uma maneira de expressar as reivindicações e as demandas específicas dos professores das universidades federais que estariam sendo esquecidas, por existir uma prática do ANDES-SN que pensaria nos interesses dos professores subordinados aos objetivos partidários.

Dirigentes da APUBH, que protagonizaram a criação do PROIFES, argumentavam que o ANDES-SN apresentava formas autoritárias e antidemocráticas, e ideias sindicais que limitavam debates, assim como a criação de mecanismos de aferição da vontade e do pensamento dos docentes. Alegavam estar indignados com o “assembleísmo que tornava a maioria escrava da minoria”. Para a entidade, o ANDES-SN não cumpria o papel de representar a categoria, porque buscava apenas um controle dos participantes “com ideias maniqueístas, autoritárias e partidarizadas”, e não estaria lutando pelos direitos dos trabalhadores docentes. O ponto crucial alegado para agilizar o processo de sua desvinculação do ANDES-SN foi a deliberação do Congresso que determinou às seções sindicais o repasse da contribuição de 0,2% de cada associado para o ANDES-SN. O cálculo era realizado por meio do salário-base, com uma correspondência com o vencimento básico mais gratificações. Mas, em 2000, havia sido realizada uma

---

<sup>5</sup> Reforma universitária, precarização das condições de trabalho e de pesquisa dos docentes das IFES, falta de reajuste de salários e cortes de recursos orçamentários das universidades federais.

mudança no art. 72 do estatuto, que fixou a contribuição de 0,2% somente no vencimento básico. Em 2004, a diretoria da APUBH analisou o estatuto e tomou a decisão de reduzir seu repasse.

Outras seções sindicais apoiadoras do PROIFES adotaram a mesma medida. Isso causou controvérsia política e jurídica com a direção nacional do ANDES-SN e, em um congresso realizado em 2005, a diretoria do ANDES-SN impediu a participação dos delegados dos sindicatos inadimplentes. A participação dessas entidades inadimplentes no encontro acabou ocorrendo por intermédio de medidas judiciais. Mas, nesse congresso, deliberou-se por modificar o estatuto, que passava à contribuição de 0,2% sobre a remuneração integral, em lugar do vencimento básico. A diretoria da APUBH não queria realizar tal repasse e convocou uma reunião ampliada de seu Conselho de Representantes para, ao lado da Diretoria Executiva e dos departamentos, tratar dessas e de outras questões, e encaminhar propostas para deliberação de uma assembleia geral de rompimento com o ANDES-SN. Paralelamente, defendia a proposta de transformá-la em um sindicato. A desfiliação do ANDES-SN seria condição para esse acontecimento.

Anteriormente, já vinha sendo articulada com outras associações docentes a criação de um novo modelo sindical dos docentes, que o PROIFES representaria. Foram realizados debates também na UFMG, na sede da APUBH. Dessa maneira a diretoria da APUBH promoveu várias ações para colocar em prática suas propostas. No seminário ocorrido em 2006 em Salvador, ficou decidida a implementação de ações para a criação dos sindicatos locais e da organização nacional em federação.

Nesse processo de ruptura, a Seção Sindical do ANDES, que possuía um regimento em separado do estatuto da APUBH, como referido, foi desativada, e a contribuição financeira ao sindicato nacional cessou totalmente.

Na sequência das transformações na APUBH, em 2007, em uma assembleia pouco numerosa, promoveu-se a desvinculação total do ANDES-SN. Na mesma ocasião, e igualmente com baixa participação dos sindicalizados e dos demais professores da UFMG, aprovou-se um novo estatuto da APUBH, orientado pelo PROIFES. Cabe ressaltar que, a despeito da suposta ruptura da APUBH com o PROIFES, em 2011, essa orientação seguiu e ainda segue vigente na atual gestão, ainda que não deliberada pela categoria ou assumida explicitamente pela diretoria da APUBH, como se pode depreender de recente adesão, participação e apoio, inclusive financeiro, juntamente com outras organizações sindicais aderentes ao PROIFES, ao Observatório do Conhecimento, em 2019 (OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO, 2020). Tal deliberação resultou em ruptura na gestão eleita para

a entidade para o período de 2017 a 2019 e na saída de membros da diretoria por discordarem dessa política.

Elementos e dados já coletados na pesquisa mostraram também uma gradativa transformação no caráter da APUBH que, devido à predominância de ações não propriamente sindicais, como um Clube de Benefícios aos associados, priorização da capitalização de investimentos e de crescimento do patrimônio imobiliário da entidade, promoção de atividades festivas e culturais envolvendo gestores institucionais vinculados a pró-reitoras, dentre outras, parecem revelar a recriação de um sindicalismo de tipo conciliatório e assistencialista, mas também com tendências empresariais e fortemente marcado por políticas interinstitucionais/patronais. Políticas que se processam em detrimento da organização de base da categoria dos professores contra a precarização e a proletarianização de seu trabalho.

Essa situação efetiva-se no processo histórico no qual, desde 2006, a APUBH tem deixado de participar dos debates e das demais atividades convocadas pelo ANDES-SN, e de discutir pela adesão ou não às greves realizadas nas demais universidades federais. A exceção foi a greve de 2012. A continuidade da pesquisa revelará as razões de um possível ressurgimento, a partir de 2020, da movimentação docente de caráter combativo na UFMG com a participação de uma parcela significativa dos docentes que, devido à precarização de suas condições e relações de trabalho sustentarão a importância da participação da UFMG naquela greve nacional, que ali ocorreu à revelia da diretoria do sindicato.

## **Considerações finais**

Remeter os estudos primeiramente à história do sindicalismo, em geral, e do sindicalismo e trabalho docente, em particular, foi fundamental para a compreensão renovada, também no campo teórico, da importância da luta dos trabalhadores; não somente por causas imediatas, mas pela emancipação da classe trabalhadora em relação ao capitalismo, condição para o fim da exploração e da opressão do trabalho.

Tal formulação configura-se, portanto, como base epistemológica para a continuidade da investigação que pretende apontar uma análise capaz de responder às seguintes questões lacunares no campo do sindicalismo docente na UFMG: quais foram as mudanças operadas no período de 2004 a 2016 na APUBH, em sua estrutura, gestão, atividades, relações com os filiados e outros atores? Quais foram as motivações e os argumentos que justificaram tais mudanças? Como

se deu a participação dos professores da UFMG nesse processo? Que tipo de sindicalismo vem sendo constituído? Houve uma oposição sindical (e com qual sentido) se constituindo a partir da greve de 2012? Prosseguir-se-á investigando quais são as possíveis implicações deste estudo no campo investigativo sobre o sindicalismo brasileiro.

O estudo revelou que a APUBH adotou, desde a criação do sindicato nacional, uma vinculação atípica, o que indica desconformidade com seus princípios e programa. Contudo, as mudanças ocorridas na história do sindicato na UFMG, considerando-se o período estudado, apontam para o completo afastamento dos professores da UFMG, tanto do movimento docente nacional organizado no âmbito do ANDES-SN, como dos próprios pares da UFMG e da direção da APUBH.

A vinculação ao PROIFES e, posteriormente, ao MDIA, operou-se sem a participação efetiva e determinada da categoria. Fez-se pelo topo, à revelia dos professores. Tais alterações fomentaram o isolamento dos professores da UFMG do cenário das movimentações nacionais da categoria docente, conforme se pode deduzir pela experiência de trabalho na UFMG, marcado, dentre outros elementos, pela precarização de suas condições e relações, o que decerto enfraquece a capacidade de resistência individual e coletiva dos professores.

Por que a característica das lutas unitárias de uma categoria de trabalhadores é central na perspectiva que adotam os autores deste estudo? A classe trabalhadora, embora muito mais numerosa que sua antagonista – o que em si representa uma grande força potencial – é fragmentada pelo capital, que estimula essa fragmentação por diversificadas estratégias, e explora a concorrência intraclasse a seu favor, tanto para rebaixar o valor da força de trabalho quanto para reforçar a quebra da solidariedade de classe. A unificação das lutas fortalece os trabalhadores que, isolados, são frágeis perante o patronato. Na medida em que aumentam as possibilidades de vitória de uma luta isolada, uma luta nacional unificada dos trabalhadores pode oferecer, desde sua emergência, uma maior perspectiva de ganhos e sua magnitude expande-se caso a luta seja unificada internacionalmente. Ademais, a luta unificada amplia a formação do coletivo de seus envolvidos que, na experiência de luta ativa, podem galgar novos patamares para enfrentamentos futuros e para a derradeira luta que porá fim ao sistema capitalista como então se estabelece e abrirá horizontes para a consolidação de relações sociais de tipo novo, nos termos definidos por Bernardo (1991).

Com esse entendimento, analisa-se que a política de isolamento dos professores da UFMG pode ter repercutido historicamente (e pode continuar a fazê-lo) no aumento da alienação dos filiados e não filiados à APUBH quanto aos

desafios postos à categoria, como também aos técnicos administrativos e estudantes das IFES. Vale lembrar que, agora, essas instituições são alvos de medidas empresariais e estatais para a reestruturação produtiva da universidade, visando ao incremento e à modernização do caráter capitalista da instituição. Por outro lado, essa política afasta os trabalhadores da UFMG de sua classe e da tarefa de sua classe.

O sindicalismo adotado na APUBH desde a desvinculação do ANDES-SN expressa centralização de poder nas mãos da diretoria, mais especificamente na presidência, que, com as reformas no estatuto, aliena os docentes da participação ativa na entidade. Constata-se ênfase nas práticas de assistencialismo, sobretudo por meio do Clube de Benefícios; exacerbação de tendências empresariais manifestas, priorizando investimentos do sindicato em ações outras que não a organização da luta dos professores em defesa de seus direitos; e sobrevalorização de políticas interinstitucionais, com ênfase nas parcerias com as pró-reitorias da UFMG, que representam interesses da gestão universitária/patronato, em detrimento dos interesses dos trabalhadores docentes. Nessa mesma direção, revela-se uma ação intencional, planejada e permanente contra a organização coletiva e a mobilização da categoria em prol da melhoria de suas condições e relações de trabalho; e a ratificação do avanço dos ataques estatais-empresariais/institucionais aos professores universitários empreendidos no período, como de resto, à classe trabalhadora em geral, no Brasil.

Na continuidade da pesquisa, planeja-se identificar mais alterações na APUBH, relevando o movimento de oposição recriado a partir da greve nacional de 2012, com a clareza de que aquele se diferencia politicamente do movimento pela democracia instituído a partir do *impeachment* da então presidenta da República Dilma Rousseff, em 2016. O movimento pela democracia, após o suposto golpe, sob o discurso de defesa do dito Estado de direito, prioriza o retorno das forças políticas e partidárias que sustentaram o governo do Partido dos Trabalhadores à gestão do Estado e, conseqüentemente, do capital. Ele, que conta com o apoio do PROIFES, parece também priorizar a expansão de seu domínio sobre movimentos sociais, organizações sindicais e sobre a gestão das IFES.

Encerra-se assim este trabalho, com lacunas e perguntas que só serão contempladas ou parcialmente contempladas ao término da pesquisa que lhe dá origem e a partir da prática de lutas da categoria dos professores, também da UFMG.

## Referências

AGUENA, Paulo (org.). **O Marxismo e os Sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. (256p. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky).

ANDES-SN. **História**. Brasília (DF): 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/historia>, acesso em 03/09/2020.

APUBH. **Linha do tempo**. Belo Horizonte: 2020. Disponível em: <https://apubh.org.br/linha-do-tempo/>. Acesso em 03/09/2020.

APUFSC. **Lançado o Movimento Docente Independente e Autônomo das Instituições Federais de Ensino**. Florianópolis: 12/07/2012. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2012/07/12/lancado-o-movimento-docente-independente-e-autonomo-das-instituicoes-federais-de-ensino/>. Acesso em 01/09/2020.

ARROYO, Miguel González. **Mestre, educador, trabalhador**: organização do trabalho e profissionalização. 1985. Tese (Livre-docência em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1985.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

COLETIVO AUTONOMISTA UFMG. **Luta autônoma de professores/as da UFMG desde 2011**. Belo Horizonte: 22/05/2018. Disponível em [https://www.flipsnack.com/coletivoautonomistaufmg/lutaautonomistaufmgsauda\\_chapas1andes\\_2apubh.html](https://www.flipsnack.com/coletivoautonomistaufmg/lutaautonomistaufmgsauda_chapas1andes_2apubh.html) acesso em 01/09/2020.

DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e Sindicalismo em Educação**: Organização e Lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. 366p .

DAL ROSSO, Sadi; LUCIO, Magda de Lima. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília, ano XIV, n. 33, p. 115-125, jun. 2004.

DAL ROSSO, Sadi; RÊSES, E. S.; CRUZ, H. L. . Condições de Emergência do Sindicalismo Docente. **Pro-Posições** (UNICAMP. Impresso), v. 23, p. 37-54, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Os sindicatos I**. [São Paulo?]: Sundermann, 2008a.

ENGELS, Friedrich. **Os sindicatos II**: o marxismo e os sindicatos. [São Paulo?]: Sundermann, 2008b.



FONSECA, Felipe de Freitas. **Um estudo do campo popular na CSP-CONLUTAS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2017/10/Felipe-de-Freitas-Fonseca1.pdf> Acesso em: 03 set. 2020.

HORTA, José Silvério Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 104, p. 5-34, 1998.

LENIN, Vladimir. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARX, Karl. **As greves e as coligações de operários, o marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.

MARX, Karl. Associações sindicais: seu passado, presente e futuro. Resolução sobre os sindicatos do Congresso de Geneve. In: **A Internacional na Alemanha (1864-1872)**. s. l.: Documentos e Materiais, [1964].

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo**. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

MELO, Savana Diniz Gomes. **Trabalho e conflito docente: experiências em escolas de educação profissional no Brasil e na Argentina**, 2009. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO. **Quem somos?** S./l., 2020. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/sobre/> . Acesso em 03/09/2020.

SANTOS, Oder José. **Pedagogia dos conflitos sociais**. São Paulo: Papyrus, 1992.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS (APUBH). **Quem somos: linha do tempo**. Belo Horizonte, [2020]. Disponível em: <https://apubh.org.br/linha-do-tempo/> . Acesso em: 03 set. 2020.

TAVARES, Rosilene Horta. **Os trabalhadores em educação e suas formas de luta em Minas Gerais**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1995.

TRAGTEMBERG, Maurício. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

## **SOBRE AS AUTORAS:**

### **Savana Diniz Gomes Melo**

Doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral na Universidade General de San Martin, Buenos Aires, Argentina, e Pós-doutorado pela Universidade da Corunha, Espanha. É aposentada como professora da Faculdade de Educação da UFMG, onde integra o quadro permanente de docentes do Programa do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE/FaE/UFMG) e é Vice Coordenadora do Grupo de Pesquisa-Ação sobre a Educação Superior (UNIVERSITÁTIS/FaE/UFMG). Desenvolve pesquisas e estudos sobre Políticas Públicas, Educação Superior, Trabalho Docente, Lutas docentes (sindicais e autônomas).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0415-5344>

E-mail: [sdgmufmg2@gmail.com](mailto:sdgmufmg2@gmail.com)

### **Rosilene Horta Tavares**

Doutora em Filosofia pela Universidade Complutense de Madri, Espanha, com Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). É aposentada como professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), onde atua como Colaboradora do Grupo de Pesquisa-Ação sobre a Educação Superior (Universitátis/FaE/UFMG). Desenvolve pesquisas e estudos sobre Sociedade, Educação, Tecnologias e Lutas Sociais.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4182-5263>

E-mail: [rosilenehtavares@gmail.com](mailto:rosilenehtavares@gmail.com)

Submetido em: 11/09/2020

Aprovado em: 18/09/2020



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)